



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA**

**Município: ARAXÁ/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA

CPF/CNPJ: 12.046.773/0001-98

Município/UF: ARAXÁ-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA

CPF/CNPJ: 12.046.773/0001-98

Município/UF: ARAXÁ/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Integrada

Objeto: Gestão

Abrangência: Fevereiro 2016 a março 2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	08/04/2019	19/04/2019
Execução - In loco	22/04/2019	26/04/2019
Relatório	29/04/2019	21/05/2019

Tarefa Nº: 94290

Natureza da Entidade: Municipal

## II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

ALONSO GARCIA DE REZENDE

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 05/04/2016 a 12/03/2018

DIANE DUTRA CARDOSO BORGES

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: Desde 13/03/2018

## III - INTRODUÇÃO

### FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de Auditoria Programada no Sistema Municipal de Saúde de Araxá/MG, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2019, do Componente Estadual de Auditoria do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CEA/SUS-MG), que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores de serviços de saúde ao SUS, após a publicação da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.194, de 21/10/2015. A solicitação de realização da auditoria foi formalizada por meio do Memorando SES/SUBREG-SMACSS-DAA nº 146/2019, de 02/04/2019.

### OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

Avaliar o funcionamento do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação, do Componente Municipal de Auditoria e do Fundo Municipal de Saúde de Araxá, para verificar se o referido município se organizou adequadamente para atender às atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação, auditoria e pagamento dos seus prestadores SUS.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



O período de abrangência da auditoria referente as questões assistenciais foi de janeiro a março de 2019. A abrangência das questões financeiras foi a partir de fevereiro de 2016.

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de Araxá/MG localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais e pertence à macrorregião de saúde Triângulo Sul e Microrregião Araxá. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município em 2010 era de 93.672 (noventa e três mil, seiscentos e setenta e dois) habitantes, sendo 98,37% residentes na área urbana. O município de Araxá possui como municípios limítrofes: Perdizes, Sacramento, Tapira e Ibiá.

Conforme consultado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) no dia 10/06/2019, a rede pública de saúde do município de Araxá é formada por 01 (um) Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD), 01 (um) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II, 01 (um) CAPS Infantojuvenil, 01 (um) Centro de Apoio Diagnóstico (raio-X e ultrassonografia), 02 (dois) Postos de Saúde, 01 (um) Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), 01 (um) Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), 14 (quatorze) Unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF), 01 (uma) Unidade de do Programa Interdisciplinar de Internação Domiciliar (home care) e 09 (nove) Centros de Saúde/Unidades Básicas.

O município assumiu a gestão das Unidades Prestadoras de Serviços do seu território, através da Declaração de Comando Único, aprovada no Art. 1º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2273/2016, datada de 17 de fevereiro de 2016, com efeitos financeiros a partir de junho de 2016.

Conforme declarado pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., o município adquire serviços da Rede Complementar de Saúde através de pagamentos feitos pela Tabela SUS dos seguintes prestadores: Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá (hospital geral), Obras Assistenciais Casa do Caminho (hospital geral), Melhoramentos Dom Bosco (hospital geral), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Instituto de Análises Clínicas LTDA, Fundação Cultural de Araxá (clínica especializada – fisioterapia), Centro de Diálise de Araxá. Outros serviços são adquiridos na Rede Complementar de Saúde através de pagamentos fora da tabela SUS para os seguintes prestadores: Melhoramentos Dom Bosco (hospital geral), Centro de Microcirurgia Ocular e Labomed.

#### IV - METODOLOGIA

##### FASE ANALÍTICA DA AUDITORIA

Para subsidiar a fase operativa da auditoria, foram analisados os seguintes documentos e realizadas as seguintes consultas:

- Matrizes de Coletas e Análises de Informações do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação, do Componente Municipal de Auditoria e do Fundo Municipal de Saúde;
- Relatórios do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), extraídos em 17/04/2019;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 2194/2015, que aprovou o regramento a ser observado pelos municípios que desejarem assumir a gestão dos prestadores;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 2315/2016, altera o Art. 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.194, de 21 de outubro de 2015, que aprovou o regramento a ser observado pelos municípios que desejarem assumir a gestão dos prestadores;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 2273/2016, que aprovou a Declaração de Comando Único dos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores em 2016, dentre eles o município de Araxá;
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 2768/2018, que aprovou o regramento a ser observado pelos municípios que desejarem assumir a gestão dos seus prestadores;
- Resolução CIT nº 04/2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP).

##### FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

A fase operativa da auditoria ocorreu no período de 22 a 26 de abril de 2019. Uma equipe de auditores, formada por componentes da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS/MG, apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Araxá/MG, às 14h00min, do dia 22/04/2019 e realizou reunião com a gestora, D.D.C.B. visando dar início



aos trabalhos e explicar o objetivo da auditoria.

Durante a auditoria foram visitados os seguintes estabelecimentos: a Secretaria Municipal de Saúde, a Central de Marcação de Procedimentos Especializados, o Serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), o Serviço de Processamento e a Coordenadoria de Regulação.

Foram realizadas reuniões com os seguintes profissionais: Coordenadora do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação; Responsável pelo Componente Municipal de Auditoria; Gestora Municipal de Saúde; Assessora de Compras da Secretaria Municipal de Saúde; Responsável pelo Setor de Licitações; Contadora da Prefeitura Municipal e Médicos Autorizadores de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC).

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu no dia 26/04/2019, às 11h00min, na sede da Secretaria Municipal de Saúde com a participação da Gestora.

#### LIMITAÇÕES

Conforme registrado no Termo de Auditoria, não foram entregues os processos de pagamentos da saúde, solicitados no Ofício de Comunicado de Auditoria (Ofício SES/SUBREG-SMACSS-DAA nº 214/2019, de 02/04/2019). Os processos licitatórios foram parcialmente entregues, porém, o auditado assumiu compromisso, mediante solicitação formal da equipe, de digitalizar TODOS os processos licitatórios e contratos e enviá-los para a equipe por e-mail até o dia 02/05/2019, conforme listado no documento de solicitação, porém apesar de enviados, não foi possível verificar se foram na totalidade.

#### V - CONSTATAÇÕES

##### Tópico: Fundo Municipal de Saúde

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 573250

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde está formalmente designado.

Evidência: Foi verificada, através do Decreto Municipal nº 380 de 13 de março de 2018, a designação como Secretária Municipal de Saúde de Araxá, de D.D.C.B.

Tal fato está de acordo com a Constituição Federal/1988, Art. 198, inciso I e Lei nº 8080/1990, Art. 9º.

Fonte da Evidência: Cópia do Decreto Municipal nº 380, de 13 de março de 2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 573252

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde está inscrito no Comprovante de Inscrição de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na condição de Matriz e como Natureza Jurídica nº 120-1 (fundo público).

Evidência: Verificou-se no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral sob o nº 12.046.773/0001-98 Matriz, com nome empresarial FUNDO DE SAÚDE, com código e NATUREZA JURÍDICA 120-1, com data da situação cadastral em 25/02/1994 e não como 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está em desacordo com a Resolução CONCLA nº 1, de 19/11/2018, Anexo Único.

Fonte da Evidência: Cópia do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá não apresentou defesa em relação a essa não conformidade.

2- A Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física identificada como responsável nessa constatação) foi notificada, mas não apresentou defesa.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: Não foram apresentadas justificativas. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Recomendação: O auditado deverá alterar o código e Natureza Jurídica conforme determina a Resolução CONCLA nº 1, de 19/11/2018, Anexo Único.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 573264

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde foi criado por Lei Municipal.

Evidência: Verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde de Araxá foi criado pela Lei Municipal nº 2685, de 25 de fevereiro de 1994. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8142/1990, Art. 4º, inciso I e Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14.

Fonte da Evidência: Cópia da Lei Municipal nº 2685, de 25 de fevereiro de 1994.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 575508

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não ficou comprovada a constituição do Fundo Municipal de Saúde de Araxá como unidade gestora de recursos.

Evidência: Durante a auditoria não foram disponibilizados a Lei Orçamentária Anual I(LOA) 2018 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018, nem as Notas de Empenhos referentes ao ano de 2018. Foi disponibilizado somente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) de 2019, no qual foi verificado que o Fundo Municipal de Saúde constitui-se em unidade orçamentária. Entretanto, sem a verificação do restante da documentação solicitada, não foi possível certificar se o Fundo Municipal de Saúde de Araxá constitui-se em gestora de recursos. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração da Gestora Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B.;  
Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Conforme já verificado pelos técnicos responsáveis pela auditoria junto a Secretaria Municipal de Saúde o Fundo Municipal de Saúde, este está cadastrado no Sistema de Gestão como Unidade Orçamentária, sendo assim, É UMA UNIDADE GESTORA. No portal do Senado Federal explica muito bem a unidade gestora e unidade orçamentária: Unidade gestora: Unidade responsável por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas. Cada órgão tem a sua U.G., que contabiliza todos os seus atos e fatos administrativos. Unidade orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários. Quanto a não apresentação da Lei Orçamentaria Anual (LOA) 2018, (anexo II) e Lei de Diretrizes orçamentaria (LDO) 2018 (anexo III). Quanto a apresentação da documentação notas de empenhos e documentos em anexo, estes encontram-se disponíveis no arquivo da prefeitura de forma organizada conforme determina a Instrução Normativa 08/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais."

**Análise da Justificativa:** Avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas e documentos suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 573268

**Subgrupo:** Emenda Constitucional 29/2000

**Item:** Receita Própria

**Constatação:** Os recursos financeiros da Contrapartida Municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde.

**Evidência:** Os recursos financeiros da Contrapartida Municipal são movimentados na conta corrente nº 11.722-6, agência 0210-0, Banco do Brasil S/A, vinculada ao CNPJ nº 18.140.756/0001-00, da Prefeitura Municipal de Araxá.  
Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8080/1990, Art. 7º e Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, parágrafo único.

**Fonte da Evidência:** Extrato bancário da conta corrente nº 11722-6, agência 210-0, Banco do Brasil S/A, referente ao mês de abril de 2019;

Cópia do Processo de Pagamento com empenho nº 2352 de 01/03/2018.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: " quanto a esta constatação foi verificada que a Prefeitura Municipal de Araxá cumpre na íntegra as determinações sobre movimentações financeiras determinada pela 8080/1990 e Lei 141/2012, movimentando todos os recursos para custeio das ações e serviços de saúde dentro de uma conta específica do fundo municipal de saúde 15%, e neste sentido o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, orienta através da consulta N. 833.221. 1- O Fundo Municipal de Saúde (FMS) é unidade orçamentária e gestora dos recursos relativos às ações e serviços públicos de saúde, conforme art. 14 da LC n. 141/2012; porém não é considerado entidade de interesse da administração tributária por não ter autonomia para destinação social de seu patrimônio. 4. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas ao FMS deve estar prevista e autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) e inserida na Função 10 Saúde, ou em créditos adicionais consignados em favor do órgão ao qual estiver vinculado, nos termos do art. 72 da Lei n. 4.320, de 1964. 5. Por ser o fundo vinculado ao Poder Executivo, a competência para ordenar despesas é do prefeito, que poderá delegá-la mediante decreto. 6. Nos procedimentos licitatórios para contratação de bens e serviços necessários à consecução dos objetivos do fundo, pode-se utilizar estrutura administrativa própria ou, ainda, a estrutura da Prefeitura (ou da Secretaria Municipal de Saúde). 7. As despesas com pessoal em atividade na área de saúde devem ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos, computando-se no cálculo do percentual constitucional mínimo de 15% de recursos públicos a serem aplicados em ações e serviços de saúde. Como se vê, o fundo não possui autonomia na destinação social do patrimônio que o constitui. Isso afasta a possibilidade de ser considerado como entidade de interesse da administração tributária. Quanto à classificação do Fundo Municipal de Saúde, a questão ficou devidamente esclarecida pela indigitada Lei Complementar n. 141, de 2012, consoante se verifica das disposições do art. 14, verbis: O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, ressalvados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde."





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Análise da Justificativa:** O auditado não apresentou documentação comprobatória para ratificar suas justificativas e/ou contrapor os achados de auditoria desta constatação.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Realizar as movimentações do recurso de contrapartida municipal em conta vinculada ao CNPJ do FMS, cumprindo o preconizado na Lei nº 8080/1990, Art. 7º e Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, parágrafo único.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 573482

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** A Gestora Municipal de Saúde não ordena as despesas do Fundo Municipal de Saúde.

**Evidência:** Os processos de pagamentos originais (empenhos), não foram entregues para análise da equipe de auditoria, porém, verificando as cópias anexadas aos processos licitatórios, comprova-se que os empenhos não são padronizados e apresentam inconsistências, portanto, conclui-se que não são todas as contas do Fundo Municipal de Saúde que são ordenadas pela Gestora Municipal de Saúde.

Tal fato está em desacordo com o Decreto-Lei nº 200/67, Art. 80, § 1º; IN/DTN nº 10/1991; Lei nº 8080/1990, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º; e Lei Municipal de criação do FMS de Araxá nº 2.685/1994, Art. 6º.

**Fonte da Evidência:** Decreto Municipal nº 380, de 13 de março de 2018;  
Lei Municipal nº 2.685, de 25 de fevereiro de 1994;  
Cópias empenhos: 08799/2017 e 01976/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "As orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais através da consulta N. 833.221, é que o fundo está vinculado ao poder executivo e no entanto o prefeito e o ordenador das despesas ou alguém por ele delegado através de decreto, que nesta situação poderia ser o Secretário de Saúde. Consulta N. 833.221: 5. Por ser o fundo vinculado ao Poder Executivo, a competência para ordenar despesas é do prefeito, que poderá delegá-la mediante decreto. Quanto aos processos de pagamento de despesas com o Fundo Municipal de Saúde, estes encontram-se disponíveis no arquivo da prefeitura de forma organizada conforme determina a Instrução Normativa 08/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais."

**Análise da Justificativa:** A justificativa apresentada pelo auditado não foi acatada, pois a Lei nº 8.080 de 19/09/1990, em seu Art. 9º, inciso III, estabelece que: "A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única" e de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal: "sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

(...)

III- no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente."

Já o parágrafo 2º do art. 32 da referida lei, estabelece que: "As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais, movimentadas pela sua direção, na esfera de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



poder onde forem arrecadadas".

Assim, verifica-se a responsabilidade da direção do SUS quanto ao gerenciamento dos recursos do Fundo Municipal de Saúde/FMS.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

**Recomendação:** A gestora municipal de saúde passar a ser a ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde, cumprindo o preconizado no Decreto-Lei nº 200/67, Art. 80, § 1º; IN/DTN nº 10/1991; Lei nº 8080/1990, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º; e Lei Municipal de criação do FMS de Araxá nº 2.685/1994, Art. 6º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 573488

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** O Gestor Municipal de Saúde, não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde.

**Evidência:** Os Processos de Pagamentos originais (empenhos), não foram entregues para análise à equipe de auditoria e as cópias dos mesmos, anexadas aos processos licitatórios, não estão padronizadas e apresentam inconsistências, portanto, não há como comprovar o gerenciamento do FMS e nem a autorização nos empenhos, pelo gestor municipal de saúde, apesar do Decreto de designação da atual gestora e da Lei de Criação do FMS, exigirem. Tal fato está em desacordo com o disposto na Constituição Federal/1988, Art. 198, inciso I; Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 9º, inciso III, Art. 32, § 2º e Art. 33, § 1º; Decreto-Lei nº 200/1967, Artigo 80, § 1º, com a IN/DTN nº 10/1991; Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14; e Lei Municipal de Criação do FMS de Araxá nº 2.685/1994 de 25/02/1994, Art. 6º.

**Fonte da Evidência:** Decreto Municipal nº 380, de 13 de março de 2018;  
Lei Municipal nº 2.685, de 25 de fevereiro de 1994;  
Cópias dos empenhos: 04748/2017 e 01067/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: " as despesas no setor públicos são registradas em conformidade com a Lei Federal 4.320/64, onde são empenhadas conforme artigo 58 determina que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo que nenhuma despesa poderá acontecer sem que esteja previamente empenha, caput do artigo 60. Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Que posteriormente e feito a liquidação da despesa, onde nesta é o atestado de que o bem material ou serviço fora entregue da forme solicitada coma identificação a quem pagar, o valor a ser pago e conforme já mencionado anteriormente, o fundo está vinculado ao poder executivo e quem ordena as despesas e autoriza o pagamento e o prefeito ou alguém por designado através de decreto. Quanto a não apresentação dos documentos, estes encontram-se disponíveis no arquivo da prefeitura de forma organizada conforme determina a Instrução Normativa 08/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais."

2- O Sr. Alonso Garcia de Rezende, pessoa física identificada como responsável nesta constatação, foi notificado com o





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Relatório Preliminar, mas não apresentou defesa.

**Análise da Justificativa:** O auditado não apresentou documentação comprobatória para ratificar suas justificativas e/ou contrapor os achados de auditoria desta constatação.

Além disso, a justificativa apresentada pelo auditado não foi acatada, pois a Lei nº 8.080 de 19/09/1990, em seu art. 9º, inciso III estabelece que: "A direção do sistema Único de Saúde (SUS) é única" e de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, "sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

(...)

III- no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente."

Já o parágrafo 2º, do art. 32 da referida lei, estabelece que: "As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais, movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas".

Assim, verifica-se a responsabilidade da direção do SUS quanto ao gerenciamento dos recursos do Fundo Municipal de Saúde/FMS.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Recomendação:** A gestora municipal de saúde passar a autorizar os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde, cumprindo o preconizado no disposto na Constituição Federal/1988, Art. 198, inciso I; Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 9º, inciso III, Art. 32, § 2º e Art. 33, § 1º; Decreto-Lei nº 200/1967, Artigo 80, § 1º, com a IN/DTN nº 10/1991; Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14; e Lei Municipal de Criação do FMS de Araxá nº 2.685/1994 de 25/02/1994, Art. 6º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12.046.773/0001-98

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 575509

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Empresa

**Constatação:** Existência de contratos e convênio formalizados com os prestadores de serviços do SUS.

**Evidência:** Em análise documental, verificou-se a existência de contratos e convênio formalizados entre o Município de Araxá/MG e os prestadores de serviços ao SUS, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

Tal fato está de acordo com a Lei nº 8666/1993; Portaria de Consolidação nº 01/2017, Art. 130, § 3º; Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 24, parágrafo único; e Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1., "L".

**Fonte da Evidência:** Cópia de todos os processos licitatórios digitalizados com os Contratos de Prestação de Serviços.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 575511

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Empresa



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** Existência de contratos e convênio formalizados inadequadamente, não dispondo de cláusulas e condições exigidas em legislação, entre a Prefeitura Municipal de Araxá e prestadores de serviços do SUS.

**Evidência:** Foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá os seguintes contratos e convênio firmados com prestadores de serviços do SUS, abaixo relacionados:

Convênio nº 006/2017; e contratos nº: 46/2018; 21/2017; 97/2017; 175/2018; 361/2018; 373/2018; 39/2018; 400/2016; 387/2017; 200/2016; 391/2016; 241/2017; 408/2016; 407/2016; 032/2019; 540/2017; 202/2018; e 362/2018.

Em análise dos referidos contratos e convênio, encontramos as seguintes irregularidades:

1- Contrato nº 39/2018: Não realizou detalhamento suficiente das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "I". Não realizou detalhamento suficiente do regime de execução ou da forma de fornecimento das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "II".

2- Contrato nº 373/2018: Não realizou detalhamento suficiente das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "I". Não realizou detalhamento suficiente do regime de execução ou da forma de fornecimento das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "II".

3- Contrato nº 408/2016: Não consta no corpo do seu contrato cláusulas de multas e sanções por descumprimento de ações celebradas, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "VII".

4- Contrato nº 407/2016: Não consta no corpo do seu contrato cláusulas de multas e sanções por descumprimento de ações celebradas, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "VII".

5- Contrato nº 400/2016: Não realizou detalhamento suficiente das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "I". Não realizou detalhamento suficiente do regime de execução ou da forma de fornecimento das ações e serviços de saúde contratados no corpo do objeto ou em seu termo descritivo, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "II".

6- Convênio Nº 006/2017: Não consta no corpo do seu contrato cláusulas de multas e sanções por descumprimento de ações celebradas, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "VII". Não consta no corpo do seu contrato cláusulas de rescisão de contrato por descumprimento de ações celebradas, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "VIII". Não consta no corpo do seu contrato cláusulas de reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 8.666/1993, Art. 77, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "IX". Não consta no corpo do seu contrato cláusulas que discriminam os assuntos referentes a preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, ato que contraria a Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "III".

**Fonte da Evidência:** Termo de Declaração da Gestora Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B.;  
Contratos nºs: 39/2018; 373/2018; 408/2016; 407/2016; 400/2016 e Convênio nº 006/2017.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma:  
"Contrato 39/2018 Resposta: "O detalhamento das ações e serviços de saúde não foram descritos no objeto do contrato, uma vez que o mesmo se trata de forma objetiva e sucinta, sendo apenas o resumo do que pretende contratar, contudo, o contrato possui como parte integrante o ANEXO IX- DOCUMENTO DESCRITIVO DO CONTRATO AMBULATORIAL conforme mencionado no item 2.1 da CLAUSULA SEGUNDA do mesmo e CLÁUSULA SEXTA- DO DOCUMENTO DESCRITIVO, que tem como objeto instrumentar as ações e serviços de saúde, definindo os compromissos, metas assistenciais e definições de todas as ações e serviços de saúde. (encaminho em anexo contrato 39/2018 na íntegra)."  
Contrato 373/2018 Resposta: "O detalhamento das ações e serviços de saúde não foram descritos no objeto do contrato, uma vez que o mesmo se trata de forma sendo apenas o resumo do que pretende contratar, contudo, informo que os serviços foram descritos na CLAUSULA QUARTA QUADRO I- MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL. (Encaminho em anexo Contrato 373/2018 na íntegra)."  
Contrato 408/2016 Resposta: "Foi constatado de fato, que o Contrato nº408/2016, não possui cláusulas de multas e sanções, deste modo, a fim de reparar o ocorrido, estará sendo realizado termo aditivo ao contrato, inserindo cláusulas que tratem das sanções."  
Contrato 407/2016 Resposta: "Foi constatado de fato, que o Contrato nº407/2016, não possui cláusulas de multas e



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



sanções, porém o mesmo se encontra já com data de validade expirada, não estando mais em vigor, fato este que nos impossibilita de realizar qualquer alteração contratual. Contudo, informo ainda, que não houve em momento algum durante a execução do contrato, qualquer ação por parte da contratada que descumprisse as cláusulas contratuais, não sendo necessário aplicar qualquer penalidade."

Contrato 400/2016 Resposta: "O detalhamento das ações e serviços de saúde não foram descritos no objeto do contrato, uma vez que o mesmo se trata de forma objetiva e sucinta, sendo apenas o resumo do que pretende se contratar, contudo, conforme mencionado na CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, item 1.1, a Descrição dos Serviços se encontra no Formulário ], anexo ao contrato. (Encaminhado em anexo Contrato 400/2016 na íntegra)."

Convênio nº 006/2017 Resposta: "O Departamento de Licitação não tem acesso aos convênios, a informação deverá ser obtida junto ao Setor de Convênios do Município de Araxá-MG."

Análise da Justificativa: Considera-se que foram apresentadas justificativas e documentos suficientes para afastar as irregularidades referentes aos Contratos de nº 39/2018 e nº 400/2016. Entretanto, em relação aos Contratos nº 373/2018; nº 408/2016; nº 407/2016 e ao Convênio nº 006/2017, o auditado não apresentou documentação para ratificar suas justificativas e/ou contrapor os achados de auditoria.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Realizar adequações nos contratos e convênios citados conforme descrito na constatação, cumprindo o preconizado na Lei nº 8.666/1993, Art. 55, inciso "I", "II", "III", "VII", "VIII", "IX" e Art. 77.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 575513

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Os contratos formalizados com os prestadores de serviços ao SUS foram precedidos de processos licitatórios.

Evidência: Foram avaliados os seguintes procedimentos licitatórios:

Credenciamento 12.04/2017; Credenciamento 12.10/2016; Processo 137/2016; Dispensa 04.24/2016; Credenciamento 12.01/2017; Processo 178/2018; Credenciamento 12.08/2018; Inexigibilidade 07.04/2016; Inexigibilidade 07.05/2016; Pregão 08.146/2018; Pregão 08.147/2018; Pregão 08.143/2018; Credenciamento 12.02/2018; e Credenciamento 12.03/2018.

Na verificação de todos os processos licitatórios acima, constatou-se a formalização de processos administrativos licitatórios para compra de serviços de saúde para a Secretaria Municipal de Saúde de Araxá.

Tal fato está de acordo com o previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Art. nº 132, Caput; Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 2º; e Lei Federal nº 10.520/2002, Art. 1º.

Fonte da Evidência: Cópia digital dos processos licitatórios, enviados pela entidade auditada à equipe de auditores por e-mail: Credenciamento 12.04/2017; Credenciamento 12.10/2016; Processo 137/2016; Dispensa 04.24/2016; Credenciamento 12.01/2017; Processo 178/2018; Credenciamento 12.08/2018; Inexigibilidade 07.04/2016; Inexigibilidade 07.05/2016; Pregão 08.146/2018; Pregão 08.147/2018; Pregão 08.143/2018; Credenciamento



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



12.02/2018; e Credenciamento 12.03/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 575514

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

**Constatação:** Os processos licitatórios dos contratos e convênio formalizados com os prestadores de serviços ao SUS não estão devidamente instruídos.

**Evidência:** Durante os trabalhos in loco, não foram disponibilizados os processos licitatórios, sendo entregues digitalizados por e-mail posteriormente. Foram avaliados os seguintes procedimentos licitatórios: Credenciamento 12.04/2017; Credenciamento 12.10/2016; Processo 137/2016; Dispensa 04.24/2016; Credenciamento 12.01/2017; Processo 178/2018; Credenciamento 12.08/2018; Inexigibilidade 07.04/2016; Inexigibilidade 07.05/2016; Pregão 08.146/2018; Pregão 08.147/2018; Pregão 08.143/2018; Credenciamento 12.02/2018; e Credenciamento 12.03/2018.

Ao analisar os arquivos pode-se verificar que foram digitalizados de cópias e não dos originais das propostas e dos documentos que os instruíram. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 8666/1993, Art. 38, inciso "IV" ao qual determina que aos procedimentos de licitações deverá ser juntados, oportunamente, os originais das propostas e dos documentos que os instruírem. Não foi disponibilizado o processo licitatório de Inexigibilidade nº12.001/2017, referente aos contratos nº 241/2017; 21/2017; 387/2017; e 39/2018.

**Fonte da Evidência:** Termo de Declaração da Gestora Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B.;

Arquivos digitalizados dos processos licitatórios: Credenciamento 12.04/2017; Credenciamento 12.10/2016; Processo 137/2016; Dispensa 04.24/2016; Credenciamento 12.01/2017; Processo 178/2018; Credenciamento 12.08/2018; Inexigibilidade 07.04/2016; Inexigibilidade 07.05/2016; Pregão 08.146/2018; Pregão 08.147/2018; Pregão 08.143/2018; Credenciamento 12.02/2018; e Credenciamento 12.03/2018.

Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Informo que todos os arquivos foram digitalizados dos processos em suas vias originais, conforme consta em cada pasta de licitação, contudo no "modo cinza verdadeiro" da copiadora Brother, dessa forma as vias não são visualizadas em colorido, mas sim em tons de preto e branco, fato este que passa a impressão de serem extraídos de documentos não originais, o que não ocorreu. Contudo, informo que os respectivos processos se encontram a disposição junto ao Departamento de Licitação do Município de Araxá-MG, todos devidamente instruídos de documentos originais, para a devida averiguação caso necessário".

**Resposta:** Informo que tal alegação não procede, uma vez que no próprio descritivo acima, no subitem Evidência apontado na Constatação 575514, onde trata dos procedimentos licitatórios avaliados, o mesmo consta na descrição, juntos dos demais processos, como se segue: Foram avaliados os seguintes procedimentos licitatórios: Credenciamento 12.04/2017, Credenciamento 12/10/2016, processo 137/2016, Dispensa 04/24/2016, Credenciamento 12.01/2017, Processo 178/2018, Credenciamento 12/08/2018, Inexigibilidade 07/04/2016, Inexigibilidade 07.04/2016, Inexigibilidade 07/05/2016, Pregão 08.146/2018, Pregão 08.147/2018; Pregão 08.143/2018, Credenciamento 12.02/2018 e Credenciamento 12.03/2018. Portanto o Credenciamento 12.001/2017, consta na relação de processos avaliados, como se observa acima. Ainda assim, encaminho em anexo, fotocópia da tela de e-mail enviado no dia 13 de maio de 2019, onde o mesmo se encontra juntamente com todos os procedimentos licitatórios solicitados e acima mencionados. Ressalto que o mesmo foi enviado na sua integralidade, constando as páginas 001 à 885, constando além dos contratos de nº. 21/2017; 39/2017; 241/2017; 387/2017, mas também os contratos de nº. 49/2017; 114/2017 e 115/2017. Estas são as informações que tinha a prestar, e na oportunidade, aproveitamos para apresentar nossas mais sinceras homenagens, colocando-nos a inteira disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários."

**Análise da Justificativa:** Cabe salientar que foram solicitados mediante Comunicado de Auditoria, os referidos processos licitatórios originais, de forma organizada e completa, para análise e certificação. Entretanto, tal documentação não foi



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



disponibilizada, conforme solicitado. Dessa forma, para não inviabilizar os trabalhos e para proporcionar oportunidade ao auditado, foi aberta uma excepcionalidade, permitindo que o auditado enviasse os documentos digitalizados do original na maior fidedignidade possível. Como o auditado apresentou a documentação em preto e branco, não foi possível certificar se a documentação solicitada foi digitalizada efetivamente dos originais e se a Secretaria possui de fato os originais das propostas e dos documentos que os instruíram.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

**Recomendação:** Instruir devidamente os processos licitatórios dos contratos e convênios formalizados com os prestadores de serviços ao SUS, cumprindo o preconizado na Lei Federal nº 8666/1993, Art. 38, inciso "IV" que determina que aos procedimentos de licitações deverão ser juntados, oportunamente, os originais das propostas e dos documentos que os instruírem.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 573495

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Existe Comissão de Licitação formalmente designada.

**Evidência:** Através do Decreto Municipal nº 493, de 01 de agosto de 2018, comprovou-se que a Comissão de Licitação está formalmente instituída.

Para aquisição de bens e contratação de serviços comuns:

I- Presidente: Evelyn Florence Faria Correa

II- Membros: 02 titulares e 03 suplentes

Para contratação de obras e serviços de engenharia:

I- Presidente: Thiago do Carmo Satler

II- Membros: 02 titulares e 02 suplentes

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 38, inciso III; e Decreto Municipal nº 493, de 01 de agosto de 2018.

**Fonte da Evidência:** Decreto Municipal nº 493, de 01 de agosto de 2018.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 573500

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** Existência de Ato de designação de pregoeiro.

**Evidência:** Através da Portaria Municipal nº 21, de 04 de julho de 2016, comprovou-se que existe o ato oficial que nomeia pregoeiros e equipe de apoio.

Pregoeiros oficiais:

I- Dalca Costa Pereira Marques - tem curso

II- Evelyn Florence Faria Costa- curso

III- Libânia Rosa Cândido - curso

IV- Fabrício Antônio de Araújo

Equipe de Apoio: 20 servidores.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Art. 3º, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** Cópia da Portaria Municipal nº 21, de 04 de julho de 2016.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 573928

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Existência de Ato de designação de equipe de apoio para os pregões.

**Evidência:** Verificou-se na Portaria Municipal nº 21, de 04 de julho de 2016, a nomeação de 20 (vinte) servidores para compor a equipe de apoio para os pregões. Os servidores municipais que atuarão como equipe de apoio, serão no mínimo de três. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 10520/2002, art. 3º, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** Cópia da Portaria Municipal nº 21, de 04 de julho de 2016.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572682

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Faturamento/Produção/Cobranças SUS

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados nos sistemas de informação do SUS.

**Evidência:** A Secretaria Municipal Saúde de Araxá apresentou cópias de relatórios extraídos no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019 e no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) dos meses de janeiro e fevereiro de 2019, referentes ao processamento da produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados.

Foi informado, através do Ofício nº 172/2019, pela responsável do Faturamento/Regulação da SMS Araxá, E.A.D., que os relatórios/sínteses de produções ambulatoriais, referentes ao mês de março não foram entregues, devido ao não fechamento do faturamento do mês.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, §3º, inciso XII e Art. 4º, inciso VI; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. H; e Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, Inciso III.

**Fonte da Evidência:** Relatórios Saúde-Atenção Básica esus - Unidade de Saúde ESF Ana Pinto de Almeida, Vila Estância e Santa Luzia, extraídos em 23/04/2019;

Relatórios MS/DATASUS, Sistemas de Informação Hospitalares Descentralizados-SIHD2, Hospital Casa do Caminho e Santa Casa de Misericórdia, Competências 01, 02 e 03/2019;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro e Fevereiro de 2019, Santa Casa de Misericórdia;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro e Fevereiro de 2019 Apae de Araxá;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Sintético por tipo de Financiamento de Unidade, CDA - Centro de Diálise de Araxá, Janeiro e Fevereiro de 2019;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro de 2019,





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Cerest - Centro de Referência em Saúde;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro 2019, CAPS AD;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro de 2019, Hospital Dom Bosco;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro de 2019, Laboratório Municipal de Análises;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro de 2019, Hospital Casa do Caminho;

Relatórios SAS/DATASUS/Sistemas de Informações Ambulatoriais, Síntese da Produção - Janeiro de 2019, Instituto Químico;

Ofício nº 172/2019, SMS/Araxá/Faturamento/Regulação, datado de 25 de Abril de 2019.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo: Regulação**

**Constatação Nº: 573418**

**Subgrupo: Controle e Avaliação**

**Item: Cadastro**

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) realiza o cadastramento dos usuários do SUS no Sistema do Cartão Nacional de Saúde (CADSUS).

**Evidência:** Conforme informação da coordenadora de Regulação, C.F.R.B., e da Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., o SRCA realiza o cadastramento dos usuários do SUS no CADSUS. Apresentado cópia do sistema CADSUS WEB Administrador, com identificação do computador de acesso ao sistema e número do CNES que realizou acesso ao sistema (2165600/SMS/Araxá). Consta ainda na cópia apresentada do sistema CADSUS, a informação de que não existe pendência de aprovação de solicitação feita pela secretaria municipal de saúde.

Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'B' e Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso II e Art. 10, § 3º, inciso VIII.

**Fonte da Evidência:** Verificação in loco;

Informação registrada em papel timbrado da Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde da Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., e da Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., datado de 24/04/2019;

Cópia do Sistema CADSUS WEB Administrador/Controle de Acesso-Operadores, datado de 26/04/2019, extraído às 09h40min.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo: Regulação**

**Constatação Nº: 573581**

**Subgrupo: Controle e Avaliação**

**Item: Cadastro**

**Constatação:** O SCRA mantém atualizado o Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (SCNES) no seu território.

**Evidência:** Em análise documental, verificamos através de relatórios (Ministério da Saúde/Recibo de Envio de Dados), que a Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, mantém atualizado o Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (SCNES) no seu território. Verificado em relatório do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)/Sumário de Cargas de Arquivos, que as transmissões de cargas enviadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, referentes ao meses de fevereiro e março de 2019, foram aprovadas.

Tais circunstâncias estão de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'd'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 2768/2018, Anexo I, inciso II; e Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso I e Art. 10, § 3º, inciso IX.

**Fonte da Evidência:** Recibos de Envio de Dados do CNES, competências 01/2019, 02/2019 e 03/2019;

Protocolos de Exportação do CNES/Destino DATASUS/Competência 02 e 03/2019;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Relatório CNES/DATASUS/Histórico Sumário de carga, dos meses de fevereiro e março de 2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 573816

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Evidência: Em análise dos documentos entregues pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., foi constatado que a SMS de Araxá não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Tal situação foi corroborada pela informação da coordenadora de regulação e secretária municipal de saúde, através de Ofício nº 179/2019. A documentação apresentada pelo auditado, como sendo os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, refere-se aos fluxos de acessos aos serviços disponíveis na rede SUS do município de Araxá. Foi informado pela referência técnica da Atenção Primária, D.A.N., através do Ofício nº 112/2019, que os protocolos utilizados na rede de Atenção Primária são baseados nas Linhas Guias do Estado de Minas Gerais. Não foi apresentada documentação comprobatória referente a utilização, discussão e implantação dos mesmos nas unidades de saúde.

Tais fatos estão em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'E'.

Fonte da Evidência: Ofício 179/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, com informação da Coordenadora de Regulação, C.F.R.B. e secretária municipal de saúde, D.D.C.B., datado de 24/04/2019;  
Cópia do Fluxo de Atendimento no Diagnóstico Precoce do Câncer - Mama da Santa Casa de Misericórdia;  
Cópia do Fluxo de Atendimento no Diagnóstico Precoce do Câncer - Colo do Útero da Santa Casa de Misericórdia;  
Cópia do Protocolo de Enfermagem ao portador de Diabetes Mellitus;  
Cópia do Protocolo de Enfermagem ao portador de Hipertensão Arterial Sistêmica;  
Ofício nº 112/2019 da Referência Técnica da Atenção Primária, D.A.N., datado de 17/04/2019;  
Protocolo de Acesso/Central de Marcação de Consultas e Cirurgias/Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.º 347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "No ano de 2019 firmamos parceria com os estagiários de medicina da UFMG para que elaborassem os protocolos clínicos e terapêuticos de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, com base na Linhas Guias do Estado de Minas Gerais, entretanto os estagiários entregaram apenas o Protocolo Redigido e passou para os médicos da Atenção Primária em Saúde no final de 2019, para verificação dos mesmos.

Contratamos um médico, Dr. Jean, para fazer o treinamento do Protocolo Clínico e Terapêutico de Hipertensão Arterial, na atual situação de pandemia, adotamos a estratégia do GOOGLE SALA DE AULA.

Essa ferramenta permite atribuir e acompanhar a execução das tarefas dos participantes da Sala de Aula.

Análise da Justificativa: O auditado relata que contratou profissional para realizar treinamento do Protocolo Clínico e Terapêutico de Hipertensão Arterial, adotou a estratégia do GOOGLE SALA DE AULA e firmou parceria com estagiários de medicina da UFMG, porém não anexou junto à justificativa, nenhuma documentação comprobatória das referidas ações.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais e estaduais conforme legislação vigente, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'E'.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12.046.773/0001-98

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 574008

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso.

**Evidência:** Em análise dos documentos entregues pela coordenadora de regulação, C.F.R.B., foi constatado que a SMS de Araxá não possui protocolos de regulação de acesso. A documentação apresentada pelo auditado como sendo os protocolos de regulação de acesso da SMS, refere-se a informes relacionados a atendimentos especializados a serem realizados nas unidades de saúde. No Ofício nº 179/2019, da Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, a coordenadora de regulação, C.F.R.B., e secretária municipal de saúde, D.D.C.B., informaram que o protocolo de acesso utilizado não foi discutido e nem divulgado pela secretaria.

Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'f' e Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 8º, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** Cópia do documento identificado como Protocolo de Acesso - Central de Marcação de Consultas e Cirurgias - Regulação, constando somente uma listagem de informes por procedimentos;  
Ofício nº 179/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Na própria constatação nº 573816 é informado que a documentação apresentada pelo auditado como sendo os protocolos de regulação de acesso da SMS, refere-se a informes relacionados a atendimentos especializados a serem realizados nas unidades de saúde. Encaminhamos os fluxos de acesso realizado para enfrentamento ao COVID-19.(Anexo I). Acrescentamos ainda que, conforme acompanhamento e controle da demanda reprimida através dos protocolos de acesso, foi apurado que a maior demanda da Central de Marcação de Consultas e Exames é de Exames de Imagem. Diante disso foi criado Comissão de Protocolo de Acesso aos Serviços de Imagem de Araxá/MG, conforme abaixo: Portaria n.007, de 20 de maio de 2020 que dispõe sobre a Comissão de Protocolos de Acesso aos Serviços de Imagem de Araxá/MG(Anexo II)."

**Análise da Justificativa:** Na justificativa apresentada pelo auditado, consta relato que: Na própria constatação nº 573816 é informado que a documentação apresentada pelo auditado como sendo os Protocolos de Regulação de Acesso da SMS, refere-se a informes relacionados a atendimentos especializados a serem realizados nas unidades de saúde porém, no campo evidência da referida constatação, não foi relatado pela equipe de auditores **ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS A SEREM REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE** e sim, fluxos específicos para atendimento no Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama e de Colo de Útero da Santa Casa de Misericórdia de Araxá.

Foi apresentada pelo auditado, cópia de Fluxos de acessos realizados para enfrentamento ao Covid-19 e Portaria nº 007/ de 20 de Maio de 2020, que dispõe sobre a Comissão de protocolo de Acesso aos serviços de Imagem de Araxá/MG, que em seu artigo 2º, define o escopo da comissão: criar, analisar, avaliar e aprovar o Protocolo de Acesso aos serviços de Imagem como Apoio Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde Araxá. A comissão é composta por 6 membros (médico regulador, médico coordenador, médico auditor, médico radiologista, representantes da regulação (titular e suplente) e representante da Atenção Primária. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas. O auditado



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



demonstrou a realização de ações iniciais no processo de implantação de protocolos de regulação do acesso, entretanto as mesmas não são suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574090

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

**Evidência:** Em análise dos documentos entregues pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., constatou-se que a SMS de Araxá não realiza capacitações de forma permanente com as equipes das unidades de saúde. Foram entregues, como sendo os documentos comprobatórios da participação dos profissionais das unidades de saúde em capacitações do SCRA, um documento de convocação direcionado ao Dr. M.L.T., para participar de uma reunião que teve como tema os novos fluxos de encaminhamentos médicos e processo de trabalho e uma lista de presença da referida reunião. Também foi entregue um Cronograma de Capacitações da Regulação com as Equipes das Unidades, constando o agendamento de uma única capacitação a ser realizada no dia 07/07/2019, o que não configura a realização de capacitações de forma permanente. Tal situação foi corroborada pela informação da Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., através de Ofício nº 179/2019, no qual consta a informação de que não há cronograma de capacitação de forma permanente com as equipes das unidades de saúde e que não há documentos que comprovem a participação dos profissionais em capacitações. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, § 1º, inciso VII.

**Fonte da Evidência:** Cópia do documento de convocação do Dr. M.L.T. para participar de uma reunião para tratar dos novos fluxos de encaminhamentos médicos e processo de trabalho, datado de 23/01/2019;  
Cópia da lista de presença da reunião com o tema: Novos fluxos de encaminhamento médico e processo de trabalho, realizada no dia 31/01/2019, às 15h00min, no Auditório Gabinete;  
Cópia do Cronograma de Capacitação da Regulação com as Equipes das Unidades - Regulação/SMS Araxá, constando a programação de uma capacitação para o dia 07/07/2019, para os funcionários da Central de Marcação de Consultas e Cirurgias, TFD, Atenção Secundária, Atenção Primária e prestadores envolvidos, com o tema: Protocolo de Acesso da Regulação/SMS Araxá;  
Ofício nº 179/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, datado de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde. O município está em processo de construção da Política Municipal de Educação Permanente que será realizado através do Google Sala de Aula.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Essa ferramenta permite que todas as aulas permaneçam arquivada e consequentemente que cada servidor tenha acesso e passe por treinamento/educação permanente quando for admitido no serviço."

**Análise da Justificativa:** O auditado não anexou à justificativa apresentada, documentação comprobatória do processo de implantação da Política Municipal de Educação Permanente para as equipes que atuam nas Unidades de Saúde (que está em fase de estruturação), conforme justificativa apresentada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** O SCRA passar a capacitar de forma permanente as equipes das unidades de saúde, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, § 1º, inciso VII.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 574093

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** As equipes de Controle, Regulação e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

**Evidência:** Em análise dos documentos entregues pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., constatou-se que SMS de Araxá não realiza capacitações de forma permanente com as equipes do SCRA. Foram entregues o Cronograma de Capacitações dos Profissionais do SCRA, contendo o agendamento de duas capacitações a serem realizadas nos dias 26/06/2019 e 23/10/2019, com os respectivos temas e públicos alvo: Política Nacional de Regulação para Funcionários da Regulação - Faturamento, Central de Marcação de Consultas e Cirurgias e TFD e Complexo Regulador; Diretrizes de Implantação do Complexo Regulador para Funcionários da Central de Marcação de Consultas e Cirurgias e TFD, o que não configura a realização de capacitações de forma permanente. Tal situação foi corroborada pela declaração da Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., na qual consta a informação de que foi realizada apenas uma capacitação em janeiro de 2019, que não há documentos que comprovem a participação dos profissionais em capacitações e que as mesmas são realizadas de maneira pontual, com servidores em processos de trabalho.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 10, inciso V.

**Fonte da Evidência:** Cópia do Cronograma - Regulação/SMS Araxá, contendo: data, tema, facilitador, horário, carga horária, local e público alvo;

Ofício nº 179/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, com declaração da Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., datado de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "O município está em processo de construção da Política Municipal de Educação Permanente que será realizada através do Google Sala de Aula.

Essa ferramenta permite que todas as aulas permaneçam arquivada e consequentemente que cada servidor tenha acesso e passe por treinamento/educação permanente quando for admitido no serviço."



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Análise da Justificativa:** O auditado não anexou à justificativa apresentada, documentação comprobatória do processo de implantação da Política Municipal de Educação Permanente para as equipes que atuam no Serviço de Controle, Regulação e Avaliação Municipal (que está em fase de estruturação).

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Capacitar de forma permanente as equipes de regulação, controle e avaliação de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 10, inciso V.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 572853

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA), executa o controle do acesso da população própria, aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

**Evidência:** Foi informado pela Coordenadora do SCRA, C.F.R.B., através do Ofício nº 180/2019, que o acesso do usuário SUS residentes em Araxá inicia-se com o atendimento nos PSF's e nas Unidades Mistas. Para o usuário que necessita de tratamento especializado, é feita uma solicitação, e a mesma é encaminhada para a Central de Marcação de Consultas e Exames. O médico regulador as classifica como 1, 2 ou 3. Os usuários classificados como 1, são agendados imediatamente e os demais fazem parte da lista de espera. Foi apresentada lista de espera, através do Ofício nº 160/2019, com 614 (seiscentos e quatorze) procedimentos ambulatoriais e 165 (cento e sessenta e cinco) procedimentos hospitalares.

As agendas são disponibilizadas e abertas mensalmente por especialidade, sendo o agendamento realizado conforme classificação do médico regulador.

Para o acesso aos serviços hospitalares eletivos, o usuário é avaliado pelo cirurgião, sendo a solicitação encaminhada para a Central de Marcação de Cirurgias.

A urgência e emergência é regulada pela Central de Regulação da Macrorregião Triângulo Sul. Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "j".

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 180/2019 da Prefeitura Municipal de Araxá/ SMS de Araxá, datado de 24/04/2019;

Ofício nº 162/2019 da Prefeitura Municipal de Araxá/ SMS de Araxá, datado de 24/04/2019;

Ofício nº 161/2019 da Prefeitura Municipal de Araxá/SMS Araxá, datado de 24/04/2019;

Cópia de planilhas "Protocolo de envio de encaminhamentos agendados para a Unidade, período de janeiro a março de 2019;

Cópia de planilhas "Listas de Espera (Municípios no próprio território), do período de janeiro a março de 2019;

Ofício nº 173/2019 da SMS/Araxá, datado de 24/04/2019;

Cópias de "Agendas/Planilhas de marcação de Consultas, Terapias e Exames Especializados, do período de janeiro a março de 2019";

Cópia de Agenda de Cirurgias Eletivas janeiro e fevereiro de 2019/Santa Casa de Misericórdia;

Cópias de "Agenda de Tomografia e Ressonância Magnética dos meses de janeiro a março de 2019/Santa Casa





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



de Misericórdia";

Relatórios de Internações Reguladas através do SUSFácil, no período de janeiro a março de 2019;

Ofício nº 160/2019 da Prefeitura Municipal de Araxá /Secretaria Municipal de Saúde e lista de espera.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572930

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios de acordo com a Programação Pactuada Integrada (PPI).

**Evidência:** Foi informado pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., responsável pelo serviço de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, através do Ofício nº 180/2019, que os usuários SUS residentes em Araxá, que necessitam de atendimentos especializados não disponíveis na rede assistencial de Araxá, são avaliados e encaminhados para o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD). O serviço de TFD faz o agendamento de acordo com a necessidade e a definição da oferta dos serviços através da PPI.

De acordo com relatório da servidora responsável pelo TFD, W.S., os pacientes são encaminhados para tratamentos e realizações de exames pactuados através da PPI em outros municípios. A solicitação de encaminhamento é avaliada e aprovada pela Comissão de Regulação do Setor de TFD, composta pelo médico regulador, Assistente Social e Coordenadora do Serviço. Foram anexados ao relatório, Fluxo de TFD e os anexos 1, 2, 3 e 4, referentes às documentações que os usuários deverão apresentar. Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "g"; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 180/2019 /Prefeitura Municipal de Araxá/ SMS/Araxá, datado de 24/04/2019;

Relatório de Normas e Rotinas do Serviço de Tratamento Fora de Domicílio de Araxá/MG;

Fluxo de TFD e Anexos 1, 2, 3 e 4;

Cópia da Relação de Passageiros em Tratamento Fora de Domicílio, dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572997

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, garante o acesso à população referenciada por outros municípios para Araxá, de acordo com Programação Pactuada Integrada (PPI).

**Evidência:** Foi informado pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá/Regulação, através dos Ofícios nºs 172, 162 e 180/2019, que os atendimentos da população referenciada da microrregião de Araxá, de procedimentos pactuados através da PPI, são feitos através de agendas disponibilizadas pelos prestadores de serviço. A Central de Marcação faz o agendamento de acordo com a oferta. Os municípios referenciados por Araxá são: Ibiá, Perdizes, Campos Altos, Santa Juliana, Tapira, Pratinha e Pedrinópolis.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V.

**Fonte da Evidência:** Ofícios nºs 172, 162 e 180/2019 da Secretaria Municipal de Araxá/Regulação, datados de 24/04/2019;

Planilha referente a atendimentos de Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética da Microrregião de Araxá;

Agenda de Atendimento Médico da Microrregião de Araxá, do período de janeiro a março de 2019;

Agendas de PPI - Microrregião de janeiro a março 2019;

Cópia de espelho de Autorização de Internações Hospitalares (AIH)/Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2 de usuários residentes em Ibiá, Santa Juliana, Campos Altos, Competências 01 e 02 de 2019;

Cópia de Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimento Ambulatorial do Centro de Diálise de Araxá, de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



usuários residentes em Ibiá, Tapira, Competências 01 e 02 de 2019.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573190

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

**Evidência:** Foi informado pela Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., e pela Coordenadora de Regulação Municipal, C.F.R.B., que a Secretaria Municipal de Saúde de Araxá participa regularmente da elaboração e revisão periódica da Programação Pactuada Integrada (PPI).

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X.

**Fonte da Evidência:** Declaração em papel timbrado, assinada pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B. e pela Secretária Municipal de Saúde, D.D.C.B., datada de 10/05/2019;

Cópia de email enviado pela Coordenadora de Regulação da SRS/Uberaba, L.R.T., em 06/02/2019 (Assunto: Reunião Reprogramação do SIH de Média Complexidade e Estratégia de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos);

Cópia de email enviado pela Coordenadora de Regulação da SRS/Uberaba, L.R.T., em 14/03/2019 (Remanejamento de AIH's Obstétricas);

Cópia de Material Apresentado durante Reunião Regional sobre Reprogramação do SIH de Média Complexidade.

**Conformidade: Conforme**

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573191

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) da SMS/Araxá, não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

**Evidência:** Foi informado pela Secretária Municipal de Saúde, D.D.C.B., e pela Coordenadora de Regulação da SMS/Araxá, C.F.R.B., que o município não possui fluxos assistenciais a partir do controle do acesso, institucionalizados. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, inciso V.

**Fonte da Evidência:** Declaração em papel timbrado da Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria de Saúde, assinada pela Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., e pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., datada de 10/05/2019.

**Conformidade: Não Conforme**

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. A Secretaria realiza controle de demanda reprimida e realiza e define os fluxos de acesso utilizando como um dos parâmetros esse controle."

**Análise da Justificativa:** O auditado não anexou à justificativa apresentada, documentação que comprove adequação e orientação dos fluxos assistenciais, a partir do controle do acesso.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Realizar adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso, conforme preconizado na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, inciso V.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12.046.773/0001-98

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 574258

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Denúncias/Queixas/Cobranças

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

**Evidência:** Foi informado pela Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., e pela Secretária Municipal de Saúde, D.D.C.B., através do Ofício nº 181/2019, a inexistência de mecanismos referentes à avaliação da satisfação dos usuários da SMS de Araxá.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso IX.

**Fonte da Evidência:** Ofício 181/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020, datado de 11/03/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Atualmente as Unidades de Saúde do município possuem uma caixa de sugestões e reclamações. A mesma fica em local visível na recepção das Unidades e a população é incentivada a participar avaliando, sugerindo ou criticando. Essa caixa é aberta periodicamente pela coordenadora da unidade e avaliado as sugestões para melhoria do funcionamento.

2-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25 de Junho de 2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "O município implantou através da Portaria n.008 de 29 de junho de 2020, a Política Municipal de Avaliação (Em anexo).

-Portaria n.008 de 29 de junho de 2020, implantando o Programa Municipal de Avaliação dos Serviços de Saúde no município de Araxá a fim de Avaliar a totalidade dos estabelecimentos de atenção especializada em saúde, ambulatoriais e hospitalares, contemplados com recursos financeiros provenientes de programas, políticas e incentivos do Ministério da Saúde".

**Análise da Justificativa:** Considerando a apresentação de cópia da Portaria n.008/2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, que implanta o programa Municipal de Avaliação dos Serviços de Saúde e a satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido, no município de Araxá e ainda, cópia de fotos das caixas de sugestão e reclamações implantadas nas unidades básicas de saúde, a equipe de auditores responsável pela ação de auditoria, considera que o município apresentou mecanismos visando avaliar a satisfação do usuário.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573277

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Faturamento/Produção/Cobranças SUS



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde.

**Evidência:** Foi informado pela SMS/Araxá, através do Ofício nº 178/2019, que a programação físico-financeira é definida por estabelecimentos de saúde, próprios e contratados, de acordo com a Programação Pactuada Integrada (PPI). Tal fato está de acordo com Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "h" e Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 178/2019 da Prefeitura Municipal de Araxá/SMS de Araxá, datado de 24 de Abril de 2019;  
Cópia de FPO do Centro de Diálise de Araxá, do mês de janeiro de 2019;  
Cópia de FPO da Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá, do mês de janeiro de 2019;  
Cópia de FPO da Fundação Cultural de Araxá, do mês de fevereiro de 2019;  
Cópia de FPO da APAE de Araxá, do mês de janeiro de 2019;  
Cópia de FPO das Obras Assistenciais Casa do Caminho, do mês de janeiro de 2019;  
Cópia de FPO de Melhoramentos Dom Bosco S/A, do mês de fevereiro de 2019;  
Cópia de FPO do Instituto Químico de Análises Clínicas Ltda, do mês de janeiro de 2019;  
Cópia de FPO da UNISA, do mês de fevereiro de 2019;  
Cópia de FPO do Centro de Apoio de Diagnóstico Dr. Orlando Padovani, do mês de fevereiro de 2019;  
Cópia de FPO do CTA-Centro de Testagem e Aconselhamento de Araxá, do mês de fevereiro de 2019;  
Cópia de FPO do Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Araxá, do mês de fevereiro de 2019.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573507

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Faturamento/Produção/Cobranças SUS

**Constatação:** As autorizações de AIHs são realizadas por profissional não vinculado ao gestor municipal.

**Evidência:** Em análise documental, consta que a Secretaria Municipal de Saúde de Araxá possui dois profissionais médicos responsáveis pelas Autorizações de Internações Hospitalares (AIH), sendo estes o Sr. A.A.M. e o Sr. D.E.P. De acordo com informação do Sr. A.A.M., o mesmo é responsável pelas autorizações de AIH's no SUSFácil, da Santa Casa e Casa do Caminho. O Sr.D.E.P. informou que é responsável pelas autorizações das AIH's psiquiátricas da Casa do Caminho. Entretanto, ao analisarmos uma amostragem de 10% das internações SUS realizadas no município de Araxá (Eletivas e Urgência/Emergência), referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, constatamos que o autorizador do SUSFácil, do qual consta o CPF nº 023.543.301-20 é o Sr.A.A.M., mas o autorizador nos espelhos de AIH é o Sr. C.D.F. (CNS nº 106.9938.9264.0006). Não foi informado pela Secretária Municipal de Saúde que o Sr. C.D.F., é autorizador de AIH pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá.

Após análise da documentação citada (espelhos e AIH e autorizações SUSFácil), da Santa Casa de Misericórdia, verificou-se que o profissional que autoriza no SUSFácil, não é o mesmo que consta como profissional autorizador no espelho de AIH.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 (Item 4.3) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Arts. 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'h'; e Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768/2015, Anexo I, inciso III.

**Fonte da Evidência:** Relatórios MS DATASUS/Sistemas de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2, Demonstrativo de AIH's aprovadas, Competência 01/2019 e 02/2019, da Santa Casa de Misericórdia de Araxá;  
Cópia de Espelhos de AIH's das Competências 01/2019 e 02/2019 de internações reguladas e faturadas pela Santa Casa de Misericórdia de Araxá;  
Relatórios MS/DATASUS/Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2/Espelho de AIH, do Hospital Casa do Caminho e Santa Casa de Misericórdia de Araxá, Competências janeiro a março de 2019;  
Relatórios do SUSFácil/Impressão de Autorização/Secretaria Municipal de Saúde das Competências janeiro, fevereiro e março de 2019;  
Lista de autorizadores de AIH, com respectivo vínculo funcional e nomes dos estabelecimentos que são responsáveis pela autorização;





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



CNES n.216500/Secretaria Municipal de Saúde de Araxá;  
CNES n.2180766 Hospital Casa do Caminho;  
CNES n.2164620 Santa Casa de Misericórdia de Araxá;  
Ofício nº 183/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria de Saúde;  
Termo de Informação do Sr. A.A.M., datado de 25/04/2019;  
Termo de Informação do Sr. D.E.P., datado de 25/04/2019;  
Cópia de Ofício nº 182/2019, da SMS/Araxá informando o número do Cartão Nacional de Saúde (CNS) dos Srs. D.E.P. e A.A.M.;  
CNES constando o número do CNS de C.D.F. (106993892640006).

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "A Secretaria Municipal de Saúde fez Portaria nomeando os médicos reguladores no município de Araxá, conforme abaixo: Portaria nº 016, de 11 de Julho de 2019, Autorização de AIHs ortopédicas (Anexo III) Portaria n.006, de 03 de Maio de 2019, Autorização de AIH médicas e odontológicas do SIH e APAC médicas, de fisioterapia e terapia ocupacional, as Secretaria Municipal de Saúde de Araxá-MG.(Anexo IV)."

**Análise da Justificativa:** Apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, cópia das portarias, designando os seguintes profissionais com a função de autorizadores:

Portaria nº 016 de 11 de julho de 2019, nomeando para a função de autorizador de AIH médicas ortopédicas eletivas o Sr. C.H.R.D (CRM nº 29817);

Portaria nº 006 de 03 de Maio de 2019 nomeando para as funções de autorizadores de AIH médicas, os médicos A.A.M (CRM nº 6592) e D.E.P (CRM nº 7654); para função de autorizadora de AIH odontológica a Sra D.M.R.B ; para as funções de autorizadores de APAC o Sr.D.E.P (CRM nº 7654) e fisioterapia e terapia ocupacional, a Sra.R.C.C.O.B (Crefito nº 58005).

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 589144

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** Não foi identificada, na amostra analisada, autorização de AIH para procedimentos solicitados pelos próprios autorizadores.

**Evidência:** De acordo com informação prestada, em 25 de Abril de 2019, pelos autorizadores de AIH da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, Sr. D.E.P. e A.A.M., os mesmos informaram que atuam com função assistencial em prestadores para os quais autorizam AIH, entretanto, não foi identificada, na amostra analisada, autorização de AIH para procedimentos solicitados pelos próprios autorizadores. Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro de 2017 (Item 4.5), aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Arts. 1º e 2º.

**Fonte da Evidência:** Termo de Informação de D.E.P., datado de 25/04/2019;  
Termo de Informação de A.A.M., datado de 25/04/2019;  
Relatórios MS/DATASUS/Sistemas de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2, Demonstrativo de AIH's aprovadas, Competências 01/2019 e 02/2019, da Santa Casa de Misericórdia de Araxá;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Cópia de Espelhos de AIH's das Competências 01/2019 e 02/2019 de internações reguladas e faturadas pela Santa Casa de Misericórdia de Araxá;

Relatórios MS/DATASUS/Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2/Espelho de AIH, do Hospital Casa do Caminho e Santa Casa de Misericórdia de Araxá, Competências janeiro a março de 2019;

Relatórios do SUSFácil/Impressão de Autorização/Secretaria Municipal de Saúde das Competências janeiro, fevereiro e março de 2019;

Lista de autorizadores de AIH, com respectivo vínculo funcional e nomes dos estabelecimentos que são responsáveis pela autorização.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574681

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Alta Complexidade

Constatação: Inexistência de profissional de nível superior da área da saúde formalmente designado para autorizar as Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC).

Evidência: Em análise documental, verificamos que, apesar do profissional que realiza as autorizações das APACs ser o médico D.E.P., o mesmo não foi formalmente designado pela Secretária Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, Versão janeiro/2017, item 4.5, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Art. 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1, 'h'; e Deliberação CIB-SUS/MG nº 2768/2018, Anexo I, inciso III.

Fonte da Evidência: Declaração da Secretária Municipal de Saúde, D.D.C.B., datada de 25/04/2019;

Cópia do Diploma da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e do cadastro no CRM-MG do Dr. D.E.P.;

Termo de Informação do médico autorizador de APAC, D.E.P., datado de 25/04/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "A Secretaria Municipal de Saúde fez Portaria nomeando os profissionais no nível superior da área da saúde para autorizar as Autorizações de Procedimento Ambulatorial (APAC) conforme abaixo:

\_Portaria nº006, de 03 de Maio de 2019, Autorização de AIH médicas e odontológicas do SIH e APAC médicas, de fisioterapia e terapia Ocupacional, a Secretaria Municipal de Saúde de Araxá-MG (Anexo V)."

Análise da Justificativa: A cópia da portaria nº 006 de 03 de Maio de 2019, art. 3º, nomeia para as funções de autorizadores de APAC, o Sr.D.E.P.(CRM nº 7654) e a Sra.R.C.C.O.B.(Crefito nº 58005), para fisioterapia e terapia ocupacional.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 573298

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, para casos eletivos e de urgências.

Evidência: Foi informado pela Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., que o município não estabeleceu prazo máximo





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Art. 7º.

Fonte da Evidência: Declaração da Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., datada de 25 de abril de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "A Secretária Municipal de Saúde fez Portaria, estabelecendo o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, conforme abaixo:

Portaria nº 008, de 21 de Maio de 2019, estabelecendo prazo para autorização de AIH(Autorização de Internação Hospitalar ) médicas e odontológicas do SIH e APAC, médicas, de fisioterapia e terapia ocupacional, da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá/MG(Anexo VI)."

Análise da Justificativa: Verificado cópia da Portaria nº 008 de 21 de maio de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde que estabelece prazo para autorização de AIH médicas e odontológicas do SIH e APAC.

Por fim, avaliando a justificativa considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 573481

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá não monitora, não fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: De acordo com informação da Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., e da Coordenadora de Regulação Municipal, C.F.R.B., através do Ofício nº 155/2019, o município de Araxá não realiza ações de monitoramento, fiscalização e avaliação dos serviços de saúde prestados. Não foram apresentadas documentações referentes às ações relacionadas ao monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos de saúde. As planilhas apresentadas, referem-se apenas a produção física de unidades de saúde. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "n"; Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso VI.; e Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI e VIII e Art. 10, § 3º, Inciso XI.

Fonte da Evidência: Ofício nº 155/2019, assinado por D.D.C.B. e C.F.R.B., datado de 17/04/2019;  
Planilhas de atendimentos especializados dos meses de janeiro e fevereiro de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.347/2020, datado de 25/06/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Portaria nº 008 de 29 de Junho de 2020, implantando o Programa Municipal de Avaliação dos Serviços de Saúde no município de Araxá a fim de avaliar a totalidade dos estabelecimentos de atenção especializada em saúde, ambulatoriais e hospitalares, contemplados com recursos financeiros provenientes de programas, políticas e incentivos do ministério da Saúde(Anexo VII)".

Análise da Justificativa: O auditado apresentou cópia da Portaria nº 008 de 29 de Junho de 2020, que implanta o Programa Municipal de Avaliação dos Serviços de Saúde no município de Araxá. No campo CONSIDERAÇÕES, a portaria municipal faz citações das portarias ministeriais de números MS/GM 1559/2008 e Portaria GM/MS nº 28/2008, ambas revogadas em 03/10/2017.

Verificado pela equipe de auditores, que na portaria municipal nº 008, os anexos I, II e III, citados no art.4º, não



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



estavam anexados à mesma.

Verificado na portaria municipal, em seu art.1º, que o município implantou o programa de AVALIAÇÃO dos estabelecimentos de atenção especializada em saúde; não constam na portaria municipal, ações referentes ao monitoramento e fiscalização do sistema municipal de saúde.

Não foi apresentada documentação que demonstre a realização efetiva de monitoramento e fiscalização, relacionados à execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, uma vez que o auditado demonstrou a realização de ações iniciais de avaliação dos Serviços de Saúde, entretanto, as mesmas não são suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

**Recomendação:** Criar, desenvolver e realizar, de forma efetiva, ações de avaliação, monitoramento e fiscalização da execução dos procedimentos assistenciais realizados nos estabelecimentos de saúde, em consonância com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., n, com a Deliberação CIB/SUS-MG nº 2.768/2018, Anexo I, Inciso IV e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Incisos VI e VIII e Art.10, § 3º, inciso XI.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 574705

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Contratualização

**Constatação:** Inexistência de Comissões de Acompanhamento da Contratualização para todas as unidades hospitalares prestadoras de serviços.

**Evidência:** A Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., juntamente com a Coordenadora de Regulação, C.F.R.B., informaram através do Ofício nº 179/2019, datado de 24 de abril de 2019, a inexistência das Comissões de Acompanhamento da Contratualização para as unidades hospitalares prestadoras de serviços do município. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 179/2019/Prefeitura Municipal de Araxá/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.575/2020, datado de 29/09/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Segue em anexo Portaria n.10 de 23 de setembro de 2019 que dispõe sobre a criação da Comissão de Inexigibilidade por credenciamento nº 12.010/2016, bem como cláusula décima segunda do Contrato 408/2016 referente a Obras Assistenciais Casa do Caminho-Araxá/MG(Anexo III) e Portaria nº 009 de 23 de setembro de 2019 que dispõe sobre a Criação da Comissão de Inexigibilidade por credenciamento n. 12.010/2016, bem como cláusula décima segunda do Contrato 407/2016 referente Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá (Anexo IV). Segue também Regimento Interno das Respektivas Comissões de Acompanhamento (Anexo V) e Atas de Reuniões (Anexo VI) e Lista de Presença (Anexo VII), bem como a Portaria nº 11 de 21 de Julho de 2020(ANEXO VIII) que dispõe sobre a suspensão das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Inexigibilidade por Credenciamento nº



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



12.010/2016, bem como do Contrato nº 408/2016-Obras Assistenciais Casa do Caminho."

**Análise da Justificativa:** Foram apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, cópias das Portarias nº 10 de 23 de setembro de 2019, criando a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Inexigibilidade das Obras Assistenciais Casa do Caminho e Portaria nº 009 de 23 de setembro de 2019, criando a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Inexigibilidade da Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá.

De acordo com as referidas portarias, as comissões são compostas por dois representantes titulares e dois suplentes da Contratante-Prefeitura Municipal de Araxá; dois representantes titulares e suplentes das contratadas (Obras Assistenciais Casa do Caminho e Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá); um representante titular e um suplente do Conselho Municipal de Saúde de Araxá; um representante titular e um suplente da Superintendência da Macrorregião Triângulo Sul. Verificado pela equipe, cópia da Portaria nº 001 de 24 de janeiro de 2020, que aprova o Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento

Foram apresentados documentos a serem utilizados pela Comissão de Acompanhamento de Contrato: Anexo I-Relatório Sintético da Comissão de Avaliação do contrato; Anexo II-Relatório de Verificação de Infração das Obrigações; Anexo III-Notificação de Irregularidade; Anexo IV-Notificação de Penalidade Aplicada pela CRS; cópia das atas referente as reuniões realizadas pela comissão, realizadas em 23 de janeiro de 2020, 04 de fevereiro de 2020 e listas de presenças devidamente assinadas pelos participantes das reuniões."

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573303

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pela Secretária Municipal de Saúde.

**Evidência:** Foi declarado pela Secretária Municipal de Saúde, D.D.C.B., que o município de Araxá não possui Comissão Municipal de Tratamento Fora do Domicílio, formalmente nomeada. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, Art. 6º.

**Fonte da Evidência:** Declaração da Secretária Municipal de Saúde de Araxá, D.D.C.B., datada de 25 de abril de 2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020, datado de 11/03/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: " o setor de Tratamento Fora do Domicílio, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde não medirá esforços para adequação e regulamentação da Portaria SA/MS n.55/1999. A Comissão será criada conforme critérios estabelecidos na Lei municipal vigente."

**Análise da Justificativa:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá não apresentou documentos contestando ou solucionando a não conformidade apontada pela equipe de auditores.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Formalizar a comissão municipal de TFD, cumprindo o que determina a Portaria SAS/MS nº 55/1999, Art. 6º.

#### Destinatários da Recomendação

**Nome**

**CPF/CNPJ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA

12 046.773/0001-98



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 573307

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá concede o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme determina a legislação.

**Evidência:** De acordo com o Relatório de Normas e Rotinas do Serviço de TFD de Araxá, apresentado pela SMS de Araxá, o serviço de TFD é destinado exclusivamente ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde. Os pacientes são encaminhados pela rede SUS municipal, para tratamento ou realização de exames em outros municípios.

As solicitações de TFD são avaliadas e aprovadas pela Comissão de Regulação do setor de TFD, composta por um médico regulador, uma assistente social e pela coordenadora do serviço.

O médico regulador autoriza o encaminhamento, sendo que o controle é feito através de planilhas de atendimento e o agendamento é realizado de acordo com disponibilidade de vagas.

O serviço faz o agendamento de transporte e pagamento de ajuda de custo para deslocamento dos usuários. O município de Araxá possui uma frota de 13 (treze) veículos para fazer o transporte de pacientes agendados pelo TFD.

Foram analisadas na fase operativa da auditoria, nas dependências do serviço municipal de TFD, as solicitações de pacientes a serem encaminhados pelo serviço dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019 e o arquivo do serviço de TFD.

Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, Art. 1º, § 2º.

**Fonte da Evidência:** Relatório de Normas e Rotinas do Serviço de TFD de Araxá;

Fluxo de Atendimento do Serviço de TFD de Araxá;

Cópia de Controle Diário de Atendimento, dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019;

Formulário de Guias de Consultas Ambulatoriais Intermunicipal;

Formulário de Laudo para Solicitação de Procedimento Ambulatorial;

Cópia de Guia de Consulta Ambulatorial Intermunicipal dos usuários, M.L.F., F.S., F.L.S., A.M.S.;

Planilhas de controle referentes a encaminhamentos através do TFD de Cateterismo cardíaco e Oncologia;

Cópias de Guias de Consultas Ambulatoriais arquivadas no serviço de TFD, dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019;

Cópia de Planilhas "Relação de Passageiros em Tratamento Fora de Domicilio", dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019;

Cópia de Planilhas "Comprovantes das Marcações dos Usuários do TFD", do período de janeiro a março 2019;

Cópia das "Guias de TFD dos Pacientes que receberam Ajuda de Custo", do período de janeiro a março de 2019;

Lista de Veículos de transporte de pacientes pelo TFD.

**Conformidade:** Conforme

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 574877

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Inexistência de Componente Municipal de Auditoria formalmente implementado.

**Evidência:** Em análise da declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN 98388) e



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



do Organograma da SMS de Araxá, constatou-se que o serviço não conta com ato legal de criação ou regulamento, além de que, não consta no Organograma da SMS de Araxá e que os servidores que o compõem não foram designados e/ou nomeados. Tal fato está em desacordo com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2768/2018. Anexo I, inciso VIII; Lei nº 8689/1993, Art. 6º, § 2º; e Decreto nº 1651/1995, Art. 1º.

Fonte da Evidência: Declaração da enfermeira responsável pelo Componente Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN 98388), datada de 25/04/2019;  
Cópia do Organograma da SMS de Araxá.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020/SMS, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Informamos que o serviço de auditoria do SUS no município de Araxá, encontra-se formalmente implantado através da portaria nº 023, de 02 de dezembro de 2019, assim como os auditores municipais devidamente nomeados para exercerem suas funções como auditores (anexo I)."

Análise da Justificativa: Apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde Araxá, cópia da Portaria nº 023 de 02 de Dezembro de 2019, que em seu art.2º, nomeia para as funções de Auditores Municipais do SUS, os servidores C.R.C.B.C. (enfermeira); C.H.R.D. (médico) e V.H.S. (fisioterapeuta).

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 575237

Subgrupo: Estrutura

Item: Recursos Humanos/ Capacitação

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial.

Evidência: Conforme descrito na declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN MG 98.388 e CPF 033.651.366-65), o mesmo possui uma equipe multiprofissional que desempenha as ações de auditoria assistencial, sendo composto por ela, uma fisioterapeuta, V.H.S. (CREFITO 119351 e CPF 079.690.626-28) e um médico, H.R.D. (CRM 29.817 e CPF 731.418.446-15). Tal fato está de acordo com o Decreto nº 1651/1995, Art. 4º, § 3º e Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4.

Fonte da Evidência: Declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN 98388), datada de 25/04/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 575238

Subgrupo: Estrutura

Item: Estrutura física

Constatação: O Serviço Municipal de Auditoria possui parcialmente, os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades.

Evidência: Conforme descrito na declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN MG 98.388), o espaço de trabalho definido para a auditoria constitui-se de uma mesa com computador e acesso à internet, um arquivo e um armário de palet de madeira, não dispondo de meio de transporte para a execução das ações realizadas,





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



sendo as visitas feitas nos carros particulares dos profissionais da auditoria. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1651/1995, Art. 4º, § 3º e Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4.

Fonte da Evidência: Declaração em papel timbrado da Secretaria Municipal de Saúde/Serviço de Auditoria, da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C., datada de 25/04/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020, datado de 11/03/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Foi colocado que o serviço municipal de auditoria possui parcialmente os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades. Dentre os requisitos básicos para implantação do Componente Municipal de Auditoria citados no Manual de auditoria do SUS-orientações básicas/requisitos para implantação de um componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011 Capítulo 4, extraímos o seguinte texto: "É recomendado que a auditoria tenha uma estrutura mínima compatível com as atividades a serem desenvolvidas, considerando-se o perfil e a complexidade da rede de serviços, inclusive o volume de produção de serviços e quantitativo de contratos firmados com a rede complementar. Desse modo, é esperado que os componentes do SNA sejam dotados de alguns recursos, como:

espaço físico definido; infraestrutura de informática composta de microcomputadores e impressoras; linha telefônica e acesso a internet; disponibilidade de meios de transporte para a execução de ações in loco; recursos humanos com equipe multiprofissional, preferencialmente, do quadro permanente para desempenho das ações técnicas administrativas; recursos financeiros definidos no orçamento para desenvolvimento das atividades".

Percebemos claramente que se trata de uma recomendação de estrutura mínima, e que a mesma seja compatível com as atividades do serviço, perfil, complexidade da rede de serviços, volume de produção de serviços e quantitativo de contratos firmados com a rede complementar. Dentre os recursos recomendados, ressaltamos que possuímos um espaço físico definido, não na forma de salas, pois a estrutura da secretaria municipal de Saúde de Araxá, funciona em dois galpões, sendo que o tipo de layout do ambiente se dá por estações de trabalho, definidas por afinidades e dependência entre setores. Temos uma infraestrutura de computadores e impressoras para o serviço, com acesso a internet. Na secretaria de saúde apenas uma linha telefônica é fixa, o restante, são móveis. A auditoria usa em conjunto o celular da equipe do faturamento quando é necessário, já que encontra-se próxima a mesma. A frota de veículos da secretaria de saúde é muito pequena, sendo poucos os setores com veículos próprios. Como o serviço de auditoria é bem pontual (demanda rotineira ou alguma solicitação de auditoria específica), os funcionários da auditoria solicitam empréstimo de veículo de algum setor que esteja disponível. Quando não há essa possibilidade, os funcionários deslocam-se diretamente para o lugar a ser auditado em seus veículos. Ressaltamos que o serviço de auditoria nunca deixou de executar alguma atividade por falta de recursos, estes sempre são adaptados e conseguem atender as demandas."

Análise da Justificativa: Considera-se que o município apresentou na justificativa a existência dos recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades do Componente Municipal de Auditoria, sendo capaz de afastar a não conformidade apontada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 575346

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** O Serviço Municipal de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá realiza ações de Auditoria.

**Evidência:** Em análise documental, verificamos que o Serviço Municipal de Auditoria de Araxá realiza ações de auditorias nos prestadores de serviços de saúde do SUS. Na documentação apresentada pelo auditado, verificou-se registros das ações realizadas a partir de agosto de 2016. As cópias dos registros apresentados pelo auditado, referentes as ações de auditoria foram: 11 (onze) registros em 2016; 21 (vinte e um) registros em 2017; 11 (onze) registros em 2018; e 13 (treze) registros em 2019. Foi apresentada cópia de controle de ofícios da Auditoria e comunicados da Auditoria, dos anos de 2016 a 2019.

Tal situação é corroborada pela declaração da enfermeira Responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C., que afirma realizar ações de auditoria mensalmente in loco nos prestadores de serviço do SUS (Santa Casa, Casa do Caminho, CER-APAE, Centro de Diálise e Clínica de Fisioterapia do UNIARAXÁ).

Tal fato está de acordo com o Decreto nº 1651/1995, Art. 2º.

**Fonte da Evidência:** Cópias dos Relatórios de Auditorias e dos ofícios e comunicados de Auditoria, emitidos no período de agosto de 2016 a abril de 2019;

Declaração em papel timbrado da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá/Serviço de Auditoria da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C., datada de 25/04/2019;

Cópia dos controles de ofícios da Auditoria e comunicados de Auditoria, do período de 2016 a 2019.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 575351

**Subgrupo:** Processo

**Item:** Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

**Constatação:** O processo de auditoria do Serviço Municipal de Auditoria de Araxá não garante ao auditado o direito à defesa.

**Evidência:** O Serviço Municipal de Auditoria de Araxá não possui regulamento e/ou protocolos de atuação, conforme declarado pela enfermeira responsável pelo referido serviço, C.R.C.B.C., ou seja, não existem mecanismos formalizados de notificação e consequente direito de defesa do auditado.

Ao analisarmos os documentos apresentados como comprovação da realização das ações de auditoria pelo Serviço Municipal de Auditoria, constatamos que os responsáveis pelas unidades auditadas são notificados com recomendações acerca das não conformidades, através da emissão de um único Relatório. Na documentação apresentada pelo auditado, não constam apontamentos relacionados aos relatórios enviados ao auditado. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1651/1995, Art. 10 e Manual: Auditorias do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.9.

**Fonte da Evidência:** Cópias dos Relatórios de Auditorias e dos ofícios e comunicados de Auditoria, emitidos no período de agosto de 2016 a abril de 2019;

Declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN 98388), datada de 25/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020, datado de 11/03/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Ambas as constatações se referem a normas/rotinas de trabalho/atividade. Desta forma, agrupamos as duas constatações em um única resposta. Nosso município foi habilitado para gestão plena em junho/2016. Na ocasião o Estado realizou uma oficina com o objetivo de auxiliar na elaboração e acompanhamento de contratos com os prestadores. Depois deste momento, não tivemos mais orientações nem treinamentos. Nossa equipe de auditoria tem formação para tal, embora o processo de auditoria do SUS seja bem específico. Sendo assim, fomos estruturando o serviço de acordo com nossos conhecimentos prévios e respaldado nas legislações e normas do SUS. Entendemos que alguns processos, normas e rotinas necessitam ser adequados e formalizados. Desde o momento em que recebemos a equipe para auditoria de 25/04/2019, estamos em contato com a equipe de auditoria do Estado, em Belo Horizonte, solicitando a implantação do componente municipal de auditoria, através do SNA, o que pode ser comprovado através dos e-mails (anexo II). Inclusive no dia 12/02/2020 em contato com o Sr. Wilhans Ramos de Souza (Chefe da SEAUD/MG) fomos informados de que Araxá será o próximo município a receber a equipe de auditoria do Estado para um trabalho de cooperação e apoio por uma semana, a fim de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



estruturarmos o componente municipal de auditoria. O mesmo nos solicitou aguardar o contato e colocou-se à disposição para esclarecimentos."

Análise da Justificativa: O auditado não apresentou documentação que demonstre que o processo de auditoria do Serviço Municipal de Auditoria de Araxá garante ao auditado o direito à defesa.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Aplicar a legislação vigente no âmbito do SNA, Decreto nº 1.651/95, art.10, o qual estabelece que, em caso de qualquer irregularidade, fica assegurado o amplo direito de manifestação do auditado.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 575501

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: Os relatórios de auditoria não são encaminhados aos órgãos de controle interno e externo.

Evidência: A enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C., afirma em declaração que não são realizados encaminhamentos aos órgãos de controle interno e externo.

Tal circunstância encontra-se em desacordo com o Decreto nº 1651/1995, Art. 3º, inciso III e Art. 10; Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS/ MS/2011, Capítulo 3, item 3.12; Lei Complementar Estadual nº 34/1994, Art. 66, inciso IV; Lei Complementar Estadual nº 102/2008, Art. 2º, inciso III e Art. 94; e Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 113 § 1º.

Fonte da Evidência: Declaração da enfermeira responsável pelo Serviço Municipal de Auditoria, C.R.C.B.C. (COREN 98388), datada de 25/04/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Por meio do Ofício SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Araxá n.109/2020/SMS, datado de 11/03/2020, a Sra. Diana Dutra Cardoso Borges (pessoa física e representante legal da pessoa jurídica auditada) se manifesta da seguinte forma: "Nosso município foi habilitado para gestão plena em junho/2016. Na ocasião o Estado realizou uma oficina com o objetivo de auxiliar na elaboração e acompanhamento de contratos com os prestadores. Depois deste momento, não tivemos mais orientações nem treinamentos. Nossa equipe de auditoria tem formação para tal, embora o processo de auditoria do SUS seja bem específico. Sendo assim, fomos estruturando o serviço de acordo com nossos conhecimentos prévios e respaldado nas legislações e normas do SUS. Entendemos que alguns processos, normas e rotinas necessitam ser adequados e formalizados. Desde o momento em que recebemos a equipe para auditoria de 25/04/2019, estamos em contato com a equipe de auditoria do Estado, em Belo Horizonte, solicitando a implantação do componente municipal de auditoria, através do SNA, o que pode ser comprovado através dos e-mails (anexo II). Inclusive no dia 12/02/2020 em contato com o Sr. Wilhans Ramos de Souza (Chefe da SEAUD/MG) fomos informados de que Araxá será o próximo município a receber a equipe de auditoria do Estado para um trabalho de cooperação e apoio por uma semana, a fim de estruturarmos o componente municipal de auditoria. O mesmo nos solicitou aguardar o contato e colocou-se à disposição para esclarecimentos."



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Análise da Justificativa:** O auditado não apresentou documentação que demonstrem os encaminhamentos de relatórios específicos aos órgãos de controle interno e externo, em casos de irregularidades sujeitas a sua apreciação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Aplicar a legislação vigente e encaminhar aos órgãos de controle interno e externo os relatórios referente as auditorias realizadas no sistema municipal de saúde, cumprindo o que determina o Decreto nº 1651/1995, Art. 3º, inciso III e Art. 10; Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS/ MS/2011, Capítulo 3, item 3.12; Lei Complementar Estadual nº 34/1994, Art. 66, inciso IV; Lei Complementar Estadual nº 102/2008, Art. 2º, inciso III e Art. 94; e Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 113 § 1º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAXA - SMS ARAXA	12 046.773/0001-98

## VI - CONCLUSÃO

Considerando que a Secretaria Municipal de Araxá assumiu a gestão de seus prestadores, devendo cumprir as responsabilidades sanitárias, dispostas na Resolução CIT-SUS nº 04, de 19 de julho de 2012, Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.194 de 21/10/2015, e em especial aquelas constantes no Anexo I desta Deliberação, a equipe de auditores teve como objetivo, avaliar o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação Municipal, Componente Municipal de Auditoria e o Fundo Municipal de Saúde, com foco na legislação citada.

Em relação à atuação do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação Municipal, o município apresentou fragilidades, falta de ações e atuações efetivas, a fim de fortalecer o Sistema Único de Saúde de Araxá, relacionadas a gestão dos prestadores de serviços de saúde. Foram verificadas a inexistência de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, não realização de capacitações das equipes que atuam nas unidades de saúde e dos profissionais que atuam no serviço de regulação; e não realização de adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. Serão necessárias ações com objetivo de efetivar e fortalecer o monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos de seus prestadores de serviços ambulatoriais e hospitalares, de acordo com as normas sanitárias assumidas pelo município.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O componente municipal de auditoria necessita aprimorar e fortalecer seus processos de trabalho, em cumprimento a legislação vigente.

Foram identificados indícios de irregularidades relacionados aos contratos e licitações. A gestora municipal de saúde não ordena as despesas e não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde. Neste sentido, ressaltamos que foi elaborada pela equipe de auditores, a Nota Técnica nº 001/2019, que faz parte deste relatório, relacionada aos contratos, licitações, Fundo Municipal de Saúde e Serviço de Controle, Regulação e Avaliação e que este referido documento propõe a realização de uma auditoria de gestão no Sistema Municipal de Saúde de Araxá.

A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá cumpriu parcialmente com as responsabilidades sanitárias, vigentes na legislação, necessárias para assumir integralmente e efetivamente a gestão de seus prestadores de serviços de saúde e deverá adotar medidas no sentido de sanar as não conformidades detectadas e adequá-las à legislação vigente.